

Pena agravada contra pescueiro sul-africano

18/3/82

O Tribunal Superior de Recurso da República Popular de Moçambique decidiu agravar a pena aplicada ao Capitão do pesqueiro sul-africano «HAWK» DNA 19, Willy Hansen, interceptado o mês pasado em águas territoriais moçambicanas com uma tonelada de pescado — revela um despacho produzido pela «AIM» citando fontes daquela instância jurídica superior.

Segundo a mesma fonte, na sentença que foi tornada pública anteontem, o tribunal ordenou o confisco da embarcação, com todos os seus pertences, e condenou Willy Hansen de nacionalidade dinamarquesa, a uma multa de 800 mil meticais (cerca de 22 mil rands) em moeda livremente convertível e a 10 500,00 MT de custos processuais.

Ficou, portanto, anulada a sentença do Tribunal Marítimo do Maputo, que havia julgado e condenado o réu Willy Hansen somente em 800 mil meticais de multa.

A suspensão da primeira sentença tinha sido requerida pelo Procurador-Geral da República, com fundamento em manifesta ilegalidade, resultante da não aplicação integral da pena prevista na lei aprovada pela Assembleia Popular em 1978.

A referida lei prevê penalizações, que vão de 750 mil a 10 milhões de meticais, caso a violação se tenha limitado às águas jurisdicionais, e confisco da embarcação caso se prove que ela se encontrava a pescar, em prepa-

rativos de pesca ou a baldear produtos pesqueiros em águas territoriais, sem a devida autorização.

Consultado todo o processo, incluindo depoimentos de testemunhas e do próprio réu Willy Hansen, considerou-se que tinha havido preparativos para pesca em águas territoriais, facto que não foi tomado em consideração pelo Tribunal Marítimo do Maputo.

De facto, escreve a «AIM», nesses depoimentos, constatou-se que a embarcação tinha pescado a 7 de Fevereiro último em Závora, Província de Inhambane, e terem sido preparadas novamente as canas para outra falna.

Quando a embarcação foi interceptada no dia 8 de Fevereiro, a 1,6 milhas da costa, ao largo da Ponta Dobeia, Província do Maputo, as canas continuavam preparadas e com Isca no anzol.

Também se provou ser frequente a embarcação pescar em águas moçambicanas, nomeadamente nas áreas da Ponta de Ouro, Monte Belo e Boa Paz. Hansen inclusivamente reconheceu que pescavam em águas moçambicanas, mas estava convencido que a fiscalização não era efectiva.

O Tribunal Superior de Recurso deliberou também perdido, a favor do Estado Moçambicano, o valor do peixe encontrado a bordo e que já fora transaccionado em cerca de setenta mil meticais.